

Clipping *CARF*

Matérias de jornais, revistas, sites e blogs que mencionam o CARF

20/10/2015

Folha de S.Paulo

Justiça encaminha ao STF pedido para investigar ministro do TCU

Folha de S. Paulo - 20/10/2015

A Justiça Federal de Brasília decidiu enviar ao STF (Supremo Tribunal Federal) nesta segunda-feira (19) a petição do Ministério Público Federal que aponta indícios de que o ministro do TCU (Tribunal de Contas da União) Augusto Nardes recebeu recursos de uma das principais empresas investigadas na Operação Zelotes.

A investigação da Polícia Federal apura suspeitas de fraudes no **Carf**, conselho vinculado ao Ministério da Fazenda que julga recursos de empresas multadas pela Receita Federal.

Após receber a documentação, o STF deverá enviá-la para a análise da PGR (Procuradoria Geral da República), que pedirá ou não a abertura de um inquérito para investigar o ministro do TCU. Além de Nardes, é citado na petição o deputado federal Afonso Motta (PDT-RS), que foi vice-presidente jurídico e institucional da RBS, afiliada da Rede Globo no Rio Grande do Sul.

A RBS, que no **Carf** discutia uma multa aplicada pela Receita, contratou por R\$ 11,9 milhões a firma SGR Consultoria, pertencente a um ex-conselheiro do **Carf**, José Ricardo da Silva, que por sua vez pagou, entre dezembro de 2011 e janeiro de 2012, R\$ 2,55 milhões à firma Planalto, pertencente ao sobrinho de Nardes, Carlos Juliano, e que também teve como sócio, até 2005, o próprio ministro do TCU.

Segundo o Ministério Público, há indícios de que, do total recebido pela Planalto, R\$ 1,6 milhão foi destinado a uma pessoa identificada em e-mails como "Tio", que, para o Ministério Público, trata-se de Augusto Nardes.

A Folha revelou que Nardes ainda estava na sociedade quando a Planalto fechou, em 2005, o contrato com a SGR, tendo por objeto o recurso da RBS no **Carf**. Nardes deixou a Planalto em maio do mesmo ano para tomar posse no TCU.

A decisão de envio ao STF foi assinada pela juíza substituta da 10ª Vara Federal de Brasília, Célia Regina Ody Bernardes. Ela foi tomada dias depois de o primeiro pedido feito pelo Ministério Público ter sido rechaçado pelo juiz federal que então respondia pela 10ª Vara, Ricardo Augusto Soares Leite. Em vez de encaminhar os autos ao STF, o juiz decidiu devolver os documentos ao Ministério Público por considerar os indícios insuficientes.

Na semana passada, os procuradores protocolaram na 10ª Vara um recurso em sentido estrito para conseguir a reforma da decisão de Ricardo Leite. Ao analisar o recurso, a juíza Célia Regina decidiu que o caso não poderia continuar tramitando em primeira instância, sob pena de usurpação da competência do STF. Tanto Nardes quanto Afonso Motta têm direito ao foro privilegiado, pelo qual só podem ser processados e julgados no STF, daí o envio dos autos ao tribunal.

Em entrevistas anteriores à Folha, o ministro Nardes defendeu-se das suspeitas, disse que está afastado da empresa Planalto desde 2005 e afirmou desconhecer os pagamentos indicados durante a investigação da PF. Seu sobrinho e os advogados da SGR também negaram quaisquer irregularidades.

O Povo Online

Augusto Nardes diz que caso do sobrinho com propina é para desviar o foco das "pedaladas"

Eliomar de Lima

O ministro do Tribunal de Conta da União (TCU), Augusto Nardes, reafirmou, nesta madrugada de terça-feira, que o Governo Dilma Rousseff gastou R\$ 106 bilhões sem autorização do Congresso, no que a população precisa saber onde foi gasto esse dinheiro.

Augusto Nardes, que foi relator das contas 2016 de Dilma, com parecer de desaprovação, disse esperar que o Congresso Nacional, democraticamente, adote a medida que achar necessária.

Sobre o envolvimento de um sobrinho seu em caso de propina, o que poderia lhe gerar desgastes, o ministro Augusto Nardes se disse tranquilo quanto a essa denúncia. Para ele, esse tipo de ação já foi feita contra outros ministros como Joaquim Barbosa (STF).

Segundo a denúncia que surgiu na CPI do **Carf** do Senado, Juliano Ribeiro, sobrinho de Nardes, recebia envelopes com dinheiro, de acordo com denúncia de dois ex-funcionários do escritório de advocacia de José Ricardo Silva, ex-conselheiro do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (**Carf**) e um dos principais suspeitos no esquema de fraudes praticadas para compras decisões do conselho.

Nardes diz não ter dúvidas: esse tipo de informação tem um só objetivo: tirar o foco do que é grave, no caso as pedaladas fiscais do governo federal. O ministro do TCU esteve em Fortaleza dando palestra e lançando livro, nessa noite de segunda-feira, dentro do Fórum de Ideias, da Federação das Indústrias do Ceará (Fiec).